



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

Nora Almeida Cavaco

ATITUDES PARENTAIS E RESILIÊNCIA
as práticas educativas e o desenvolvimento psicológico
dos adolescentes



Cadernos do GREI n.º 2

JUNHO 2013

ATITUDES PARENTAIS E RESILIÊNCIA
as práticas educativas e o desenvolvimento psicológico
dos adolescentes

ÍNDICE

Introdução.....	3
1. A relação pais / adolescentes.....	4
2. Parentalidade e desenvolvimento do adolescente.....	8
3. Práticas educativas e percepção das atitudes parentais...	10
4. O afeto parental: implicações no adolescente.....	13
5. A resiliência como um processo adaptativo	15
Reflexões finais.....	17
Bibliografia.....	19



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

FICHA TÉCNICA

Título: Cadernos do GREI

Edição de: GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares
Giordano Bruno

*Urb. Vale da Amoreira, lote 5 - 4.º dt.º:
8005-334 FARO*

grei.grupo@gmail.com www.grei.pt

Capa: adaptada de "A flor, a máscara e eu adolescente" de António Dacosta

Coordenação editorial: Carlos Marques Simões

Grafismo e paginação: Sandra Sousa

Data: junho de 2013

ISBN -

Se uma imaginação ilimitada quanto ao que poderemos vir a tornar-nos constitui uma herança da idade lúdica, então é ainda mais evidente a boa vontade que o adolescente demonstra, ao depositar a sua confiança nos seus pares e nos mais velhos que o guiam - ou que o ajudam a perder-se - e que fornecerão às suas aspirações um campo de ação imaginário ou mesmo ilusório.

Erik Erikson in Adolescência e crise

É preciso compreender e agir para encadear um processo de resiliência. Quando falta um dos dois fatores, a resiliência não se tece e a perturbação instala-se. Compreender sem agir é propício à angústia. E agir sem compreender produz delinquentes.

Boris Cyrulnik in Resiliência (Les vilains petits canards)

Resumo:

No presente texto aborda-se a qualidade da parentalidade enquanto fator de resiliência no adolescente e destaca-se a importância do afeto e das práticas educativas. Presume-se ainda que o modo como são percebidas as atitudes parentais pode contribuir para o desenvolvimento de capacidades resilientes, a fim de propiciar recursos que capacitam no sentido de enfrentar a adversidade.

Palavras-chave: resiliência; parentalidade; afeto; atitudes parentais; desenvolvimento psicológico na adolescência.

INTRODUÇÃO

Abordar as atitudes parentais e a resiliência na adolescência remete para a necessidade de definir estes conceitos, assim como de estabelecer algumas associações entre eles, de modo a possibilitar uma perspectiva compreensiva da parentalidade, em particular da percepção que o adolescente tem do afeto dos pais, a qual é um fator determinante para identificar as estratégias resilientes.

Inicialmente perspectivada como uma fase de vulnerabilidade relativamente a comportamentos desviantes, a adolescência começou posteriormente a ser vislumbrada como uma etapa marcada por vivências de oportunidades que fortalecem as capacidades dos indivíduos, de modo a possibilitar-lhes reagir e enfrentar as situações mais agressivas e adversas com que se possam deparar ao longo da vida (Lerner, 1983).

As transformações a nível das estruturas familiares, nomeadamente o crescente número de famílias monoparentais ou marcadas pelos divórcios, levaram a que vários estudos incidissem sobre estas realidades, evidenciando as consequências negativas que estes fatores provocam nas relações entre pais e filhos, nas quebras de rendimento

escolar e na diminuição de competências sociais. Do mesmo modo, as mudanças biopsicossociais associadas às referidas alterações tornam o adolescente mais vulnerável a evidenciar problemas psicológicos, devido à sua maior exposição a fatores de risco contextuais, no âmbito da família, da escola e da comunidade.

Além disso, se se encarar a parentalidade como uma característica relacional que consolida a personalidade resiliente, isto implica abordar a relação entre pais e filhos. A avaliação desta, através da percepção pelos adolescentes do afeto e das práticas educativas parentais, pode constituir-se como um fator protetor - ou, inversamente, como um fator de risco - em função da qualidade e da intensidade dessa percepção (Constantine *et al.*, 1999).

Nesta perspetiva, o construto de resiliência deve ser encarado não como um resultado/traço da personalidade, mas como um processo dinâmico e desenvolvimental, que envolve a interação entre os riscos e os processos protetores, internos e externos, conduzindo os adolescentes a uma capacitação para recuperar de acontecimentos negativos (Garmezy, 1996; Rutter, 1999; Schoon & Parsons, 2002).

1. A RELAÇÃO PAIS-ADOLESCENTE

A adolescência é uma fase importante do desenvolvimento humano que introduz um novo equilíbrio nos conflitos que resultam de primitivos processos de vinculação, identificação, separação e reaproximação dos pais. O percurso evolutivo permite compreender melhor como pais e filhos persistem ligados pela necessidade de manter e de superar a ligação. Na verdade, considerada a base crucial

da identidade, a família determina as primeiras relações sociais, assim como constitui o contexto onde ocorre a maior parte das aprendizagens iniciais que efetuamos acerca das pessoas e das situações. É pois natural que a atmosfera emocional da família, o modo como os filhos são educados, ensinados e preparados para a vida, as oportunidades e dificuldades que a vida familiar coloca ao desenvolvimento normal, sejam fatores de crucial importância, que se encontram presentes desde o nascimento e que se prolongam ao longo da adolescência (Erikson, 1968, 1982; Fleming, 1988a, 1988b). De facto, este período de transição entre a infância e a vida adulta provoca desafios importantes e conduz a família a exigências que são sentidas intensamente pelos adolescentes, devido à velocidade com que ocorrem as suas múltiplas e rápidas transformações, a nível físico, cognitivo e social.

Para Angel (2003) a família pode ser definida através da forma como os seus membros definem as emoções. No mesmo sentido Alarcão (2002: 204) sugere que se encare como família *“qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum (...), o que permitiria integrar os novos modelos familiares que, em muitos aspectos, seguem o modelo tradicional”*. Por seu turno, Blos (1967) acentua que a perda das dependências familiares, que ocorre durante a adolescência, envolve a separação emocional dos objetos internos infantis, sendo acompanhada de mudanças nas relações que o adolescente passa a estabelecer com os pais. Este autor atribui o eventual fracasso do processo de separação e individualização do adolescente a uma organização inadequada do “eu”, agora mais vulnerável devido à perda do suporte parental.

Na fase inicial da adolescência, a necessidade de continuação de dependência parental pode ser “disfarçada” por uma pseudo-separação. Assim, para resistir a uma relação fortemente dependente e ao movimento regressivo que esta fase inicial comporta, o adolescente pode mesmo chegar a uma rejeição completa dos pais e do que eles

representam. Subsequentemente, a relação é de novo estabelecida com os pais, mas agora de uma nova forma, mais transformada e independente, sem medo e sem vergonha de ser afirmada Alarcão, 1987). Outro aspeto evidenciado pela perspectiva psicanalítica é a visão do processo adolescente como uma recapitulação do processo infantil que, segundo Fleming (1988a, 1988b), lhe retira inovação e originalidade enquanto processo de desenvolvimento com objetivos e funções evolutivas próprias.

A adolescência é caracterizada por ser uma fase de conflitos, decorrentes da rebelião, da ambivalência e do abandono da idealização dos pais. No entanto, estas características são necessárias para que o adolescente alcance a autonomia; embora possa haver conflitos nas relações entre pais e filhos adolescentes, isto não significa, porém, que esta conflitualidade se constitua como o padrão relacional predominante entre estas duas gerações durante a adolescência.

Nas últimas décadas o tema das relações familiares na adolescência tem recebido especial atenção na literatura sobre o desenvolvimento psicológico permitindo evidenciar alguns aspetos interessantes na relação pais/adolescentes. Por exemplo, Douvan e Adelson (1966) e Offer (1969), que os adolescentes se sentem satisfeitos com a relação com os pais, descrevendo-os, de um modo geral, como sendo compreensivos, razoáveis, justos e apoiantes.

Todavia, a recente abordagem do adolescente no contexto da família é uma concetualização inovadora. De facto, os trabalhos iniciais sobre a família na adolescência, inspirados sobretudo nas teorias psicanalíticas, preocupavam-se fundamentalmente com a ausência de proximidade afetiva entre o adolescente e os pais ou com a natureza do “conflito de gerações” e procuravam também entender a relação que poderia existir entre a independência do adolescente e as variações nas práticas educativas dos seus pais (Fleming, 1997).

Efetivamente, as investigações atuais sobre a relação pais e filhos, influenciada não só pelos avanços no estudo da interação comportamental como pelo crescente interesse face ao desenvolvimento ao longo da vida, assim como pelo contributo dos modelos ecológicos que determinaram uma mudança de perspetiva no estudo das relações, permitindo passar de um modelo unidirecional para uma abordagem mais recíproca e sistémica no estudo da família.

De facto, embora considerando a família como o mais importante contexto de socialização, o desenvolvimento individual do adolescente no seio do contexto familiar não é, todavia, unidirecional pois se o indivíduo se desenvolve em resposta às influências familiares, também as relações familiares se alteram em resposta ao desenvolvimento individual, tornando-se esta multidirecionalidade de influências no interior da família particularmente evidente durante a adolescência (Fleming, 1997).

A propósito desta problemática das relações pais/adolescente, Grotevant e Cooper (1986) e Fleming e Aguiar (1993) evidenciam três perspetivas predominantes: a primeira das quais defende que a tarefa do adolescente é tornar-se independente da influência parental; uma outra que argumenta que a qualidade da relação permanece contínua desde a infância e ao longo da adolescência; e uma última que defende que a relação pais/ filhos se transforma consideravelmente desde a fase inicial da adolescência até à idade de jovem adulto, através de um processo de renegociação entre o adolescente e os pais.

A primeira destas perspetivas defende que o desenvolvimento da relação, passa pela rotura dos laços infantis com os pais, não considerando as importantes continuidades na relação pais/adolescente; neste sentido, o desenvolvimento do adolescente é visto como sendo determinado pela sua capacidade para se separar ou para se movimentar para fora das relações com os pais. A segunda posição fundamenta-se essencialmente nos resultados dos trabalhos de Offer

(1969) e de Douvan e Adelson (1966) que sublinham as relações de continuidade e de harmonia entre pais e adolescentes.

Finalmente, a terceira representa uma abordagem relacional-desenvolvimental, em que a relação pais/adolescente é concebida como contendo aspetos de mudança e de continuidade. Esta última posição, sustentada pela investigação, defende que a relação entre pais e adolescentes constitui um laço durável que se prolonga ao longo do ciclo de vida mas que, no entanto, conhece transformações significativas na adolescência e no início da idade adulta, à medida que é renegociada, partindo de um padrão de autoridade relativamente unilateral vai permitir a emergência de um padrão de mutualidade (Hill & Steiberg, 1976, Youniss, 1983).

2. PARENTALIDADE E DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE

A parentalidade, que consolida a personalidade dos filhos, reforçando a sua capacidade de superar as situações de risco”, é um processo maturativo que leva a uma reestruturação psicoafetiva possibilitando que dois adultos se tornem pais capazes de responder às necessidades físicas afetivas e psíquicas dos filhos. Por outro lado, as vivências nefastas, no sentido de uma ausência de relações significativas com as figuras parentais ou da existência de relações desestruturantes com estes, levam a que o sujeito reproduza insucessos contínuos que o tornam mais vulnerável. A transição para a parentalidade, comparada com as outras transições da vida adulta, tem um traço que lhe é único: a sua irreversibilidade. Considerada uma condição permanente a partir do momento em que a ela se acede, está ao mesmo tempo em constante mutação, exigindo em cada estágio de desenvolvimento dos filhos uma adaptação de expectativas, sentimentos, comportamentos e preocupações (Bayle, 2008; Malpique, 1999; Sá, 2002).

Por estas razões, pode-se, sem dúvida, afirmar que a parentalidade é a tarefa mais desafiante e complexa da vida adulta pois que, apesar das múltiplas fontes de influência que incidem sobre o adolescente, são os pais os adultos com maior responsabilidade na sua educação, constituindo o fator determinante na sua aquisição de valores, dado que a nível etológico, existe uma predisposição biológica para a centralidade do sistema parental. A nível social, a responsabilidade formal pela educação é, em primeiro lugar, atribuída aos pais. Assim, o afeto positivo, dominante no ambiente relacional entre filhos e pais, coloca estes numa posição de destaque no que concerne à influência na aquisição de padrões sociais e valores. De igual modo, a partilha de espaços e de tempo possibilita idealmente aos pais estar em vantagem face a outros adultos, na monitorização e na compreensão do comportamento dos filhos. Além disso, inerente à definição da parentalidade existe também um conjunto de funções e papéis desempenhados pelos pais (Bornstein, 1995; Kuczynski e Navara (2006), Zigler, 1995).

Bornstein (2002), Palácios e Rodrigo (1998) e, ainda, Parke e Buriel (1988) consideram que existem algumas funções essenciais características da parentalidade tais como a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e de saúde, o disponibilizar aos filhos um mundo físico previsível e organizado com espaços e objetos que permitam as rotinas, respondendo às suas necessidades de compreensão cognitiva das realidades extrafamiliares e satisfazendo as necessidades de afeto, confiança e segurança (construção de relações de vinculação), assim como de interação social que facilitem a sua integração na comunidade. De igual modo, os pais atuam como parceiros de interação (incluindo situações quotidianas), como instrutores diretos, tendo ainda um papel na preparação e disponibilização de oportunidades de estímulo e aprendizagem em contextos extrafamiliares (Baumrind, 1967, 1968).

A parentalidade envolve três componentes, que emergiram como pontos privilegiados no aprofundamento desta temática em mo-

mentos diferenciados, sendo eles: os comportamentos, as cognições e os afetos. A parentalidade não pode ser desfragmentada, nem desmontada, sendo indispensável perceber esta relação complexa, na tentativa de compreender como os pais influenciam e são influenciados pelos seus filhos. Assim, neste domínio da parentalidade, as emoções estão intrinsecamente ligadas às ações e às cognições.

O estilo de parentalidade pode influenciar o desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo para incentivar a sua consciência do controlo interno, ou da sua competência para atingir os objetivos desejados (nomeadamente os escolares). Podemos constatar que uma perceção afetiva favorável poderá atenuar carências educativas primárias, contribuindo para que o adolescente tome consciência das suas competências, permitindo ao mesmo, promover capacidades resilientes, que lhe possibilitem o sentimento de controlo sobre o meio ambiente. Esta capacitação (*empowerment*) é definida como o reconhecimento do sujeito das suas competências, de modo a poder utilizá-las, conseguindo exercer um maior controlo sobre os aspetos da sua realidade psicológica e social (Anaut, 2002).

3. PRÁTICAS EDUCATIVAS E PERCEÇÃO DAS ATITUDES PARENTAIS

Baumrind (1967, 1968) descreveu algumas diferenças entre famílias, na intenção de compreender quais as ligações válidas que se podem estabelecer entre as atitudes e os comportamentos dos pais, na família, e a personalidade dos filhos. Através de um estudo longitudinal, esta autora indicou a existência de uma associação significativa entre as características destes últimos e os meios socioculturais das suas famílias. No que concerne aos pais, encontrou três grupos de pais bem

distintos: os autoritários, os permissivos e os autorizados (autoritativo) (1), que diferiam uns dos outros, na forma como expressavam a sua autoridade, a afabilidade e a tolerância perante os filhos.

Nas famílias autoritárias, os pais são controladores, rígidos e apresentam-se muitas vezes, pouco afetivos e insuficientemente vinculados aos seus filhos. Tentam influenciar, controlar e avaliar os comportamentos e as atitudes destes de acordo com um padrão absoluto, formulado por uma autoridade em moldes tradicionais e rígidos. É valorizada a obediência como uma virtude em si mesma e a punição surge naturalmente no intuito de restringir, ou de minimizar a vontade dos filhos, numa situação em que a sua independência e a sua individualidade são desencorajadas. As famílias permissivas, pelo contrário, fazem poucas exigências aos filhos e raramente utilizam a força ou o poder para alcançarem os seus objetivos a nível educacional, agindo de um modo geral de uma forma não punitiva e aceitante face aos impulsos, desejos e ações da criança (Fleming, 1997; Sprinthall & Collins, 2003).

Por último, as famílias autorizadas (autoritativo) apresentam uma tendência divergente destas duas anteriormente referidas, esforçando-se por, sem autoritarismo ou excessiva permissividade, dar aos filhos uma orientação através do uso das regras e da razão. Assumindo uma atitude parental democrática, ensinam e explicam, ao mesmo tempo que respeitam o próprio adolescente, enquanto que os pais com atitudes educativas autocráticas forçam e menosprezam as opiniões e os sentimentos dos filhos. Estes adolescentes são mais autoconfiantes e independentes do que os adolescentes provenientes de famílias autocráticas ou autoritárias, continuando todavia os padrões parentais a desempenhar um papel determinante na orientação do comportamento adolescente.

(1) "autoritativo" significa quer autorizada quer autorizadora. De qualquer modo, remete para a ideia de famílias que sabem assumir a autoridade sem autoritarismo.

Ainda nesta perspetiva, é de sublinhar que os sujeitos cujos pais foram demasiado exigentes, rejeitantes ou repressivos, na adolescência e na idade de jovem adultos, tendem a tornar-se indivíduos ansiosos, não autónomos, procurando incessantemente a aprovação dos outros (Sprinthall & Collins, 2003). Embora as interações familiares sejam fatores bastante influentes no desenvolvimento psicológico do adolescente, segundo as investigações de vários autores (Baumrind, 1967, 1968; Schaefer, 1965; Fleming, 1997, *cit. in* Flemming, 1997), são sobretudo as perceções das atitudes parentais que se afiguram importantes para os adolescentes, mais ainda do que o comportamento dos pais em si.

Na verdade, como referem Ausubel e outros (1954), a forma como as crianças e os adolescentes entendem o comportamento dos pais é mais relevante para o desenvolvimento da sua personalidade do que o comportamento dos seus pais propriamente dito. Esta perspetiva acentua a importância dos processos internos como mediadores entre os estímulos e as respostas e incide na convicção de que não respondemos ou reagimos diretamente aos acontecimentos mas sim às representações que efetuamos dessas situações.

Por outro lado, Fleming (1988a) estudou as perceções dos adolescentes portugueses - de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos - sobre as atitudes parentais relacionando-as com a autonomia comportamental que apresentam. Os resultados do estudo evidenciaram que, de uma forma geral, os adolescentes se sentem amados pelos seus pais, revelando uma perceção elevada de amor concomitante com uma baixa perceção de hostilidade. Além disso, os adolescentes revelam possuir uma perceção moderada de atitudes de controlo e de autonomia por parte dos pais.

Deste estudo, verificou-se também que, à medida que os adolescentes transitam numa fase inicial para a final sentem receber por parte

dos pais, cada vez mais autonomia e menos controlo, constatando-se ainda um decréscimo na percepção de amor parental. As alterações observadas nas percepções adolescentes das atitudes parentais sugerem, assim, a ocorrência de transformações nas relações familiares, nas dimensões do afeto e das práticas educativas ao longo do processo de desenvolvimento adolescente.

4. O AFETO PARENTAL: IMPLICAÇÕES NO ADOLESCENTE

A relação pais e filhos é um dos contextos afetivos mais ricos e importantes ao longo do processo de socialização. No entanto, devemos considerar a oscilação e a intensidade de sentimentos inerentes a essa relação. De facto, quando pensamos em termos genéricos na relação entre pais e filhos, a primeira ideia que nos surge é a relação duradoura de forte apego afetivo entre ambos. Segundo Dix e Reinhold (1991, cit. in Fleming, 1997), o estudo da transmissão dos afetos negativos entende que estes surgem como fatores extremamente nocivos para o desenvolvimento, quando são persistentes e intensos. As emoções parentais negativas, quando orientadas para os filhos, provocam distorções cognitivas e direcionam os pais para comportamentos coercivos e de desvalorização, mesmo em famílias consideradas normais (Goodnow & Collins, 1990; Bowlby, 1984).

O afeto parental positivo permite também predizer consistentemente eventuais resultados de desenvolvimento favoráveis, enquanto que a hostilidade parental está relacionada com resultados desenvolvimentais desfavoráveis, considerando os sujeitos independentemente da sua idade e quer as famílias, apresentem um funcionamento normal ou, pelo contrário, disfuncional (Fleming, 1997; Jesus, 2004).

A integração dos afetos parentais surge como um dado incontornável na medida em que os processos cognitivos que medeiam

a parentalidade estão interligados com os processos afetivos, assim como com os pensamentos e as atitudes dos pais no contexto da sua interação com os filhos, tanto mais que aqueles raramente revelam uma conotação afetiva neutra. Outra forma de perspetivar os processos afetivos é vislumbrá-los como um fenómeno social, ou como algo que é construído socialmente, no âmbito da partilha experienciada com os outros (Grusec *et al.*, 1982).

Por seu turno, Baumrind (1989) identificou a responsividade como fator que condiciona as práticas educativas, posibilitando mais recursos resilientes e conduzindo à ocorrência de comportamentos socialmente responsáveis. Também o afeto parental - que surge associado à dimensão anterior - é importante, pois engloba a compreensão, a aprovação, o uso frequente de louvor e de explicações, o uso moderado de castigos, a focalização nos filhos e a utilização de técnicas afetuosas de disciplina. De facto, a aceitação e o calor afetivo tornam mais ativos, mais criativos, mais livres e mais socialmente adaptados os adolescentes; pelo contrário, a instabilidade emocional e afetiva conduzem à aquisição de comportamentos pouco resilientes que em nada contribuem para o desenvolvimento harmonioso do sujeito (Manciaux, 2003).

O afeto parental, revela-se também um fator de primordial importância para o desenvolvimento de recursos resilientes no adolescente. Todavia, é a percepção do afeto parental, o sentimento de possuir uma base de segurança interna, ligada por um lado às primeiras experiências de vinculação, assim como o sentimento de pertencer a uma família, de ser importante e amado pelos pais que fornece uma segurança interna e favorece a construção de recursos de resiliência (Bowlby, 1984; Garmezy, 1991; Rutter, 1996).

Por sua vez, a autoestima corresponde ao sentimento que o sujeito tem do seu valor aos seus próprios olhos e aos dos outros. Esta construção como sentimento positivo acerca de si próprio baseia-se, na consciência que o indivíduo possui do seu próprio mérito e da sua com-

petência, o que pressupõe, uma comparação entre o que o sujeito desejaria ser e o que realmente é. Assim, podemos inferir que a percepção do adolescente do afeto parental, assim como as relações afetivas entre pais e filhos podem contribuir para a promoção da autoestima, considerada como base de construção do processo de resiliência, tal como o sentimento de autoeficácia (Fergus & Zimmerman, 2005; Rutter, 1985).

5. A RESILIÊNCIA COMO UM PROCESSO ADAPTATIVO

A resiliência pode ser vista como um conjunto de sistemas intrapsíquicos que possibilitam que o indivíduo tenha uma vida saudável, num meio ambiente difícil, o que evidencia as capacidades individuais no desenvolvimento das capacidades resilientes, constituindo, desta forma, uma característica individual e pessoal de cada ser humano). É uma capacidade que não é inata, mas que o indivíduo, no seu percurso de vida consegue progressivamente construir e integrar, como forma de autocorreção que pode ser colocada em prática quando o ser humano é confrontado com situações adversas, nefastas e negativas. Vista como um fenómeno, um funcionamento, um processo, trata-se de uma capacidade ou potencial presente em cada um de nós, mas desenvolvida diferentemente em função das fases de desenvolvimento psicológico, do ciclo de vida ou das circunstâncias ambientais (Rutter, 1999; Vanistendael & Lecomte, 2000).

Este construto resultaria de uma incessante reconstrução da estrutura psicológica do indivíduo, no confronto com as circunstâncias adversas, externas e internas, sempre presentes ao longo de todo o desenvolvimento humano, nomeadamente na adolescência. Não é em si mesmo, um atributo pessoal, mas relaciona-se com um fenómeno de adaptação positiva manifestado por alguns sujeitos, apesar da exposição dos mesmos à adversidade. Desta forma, a resiliência poderia

desenvolver-se em diferentes fases da vida do indivíduo e estaria submetida à temporalidade e às flutuações da existência humana (Manciaux, 1999; Zimmerman, 2000; Schoon & Parsons, 2002).

Por outro lado é de salientar que a resiliência é um fenómeno psicológico construído e não uma simples tarefa levada a cabo isoladamente pelo sujeito. As pessoas resilientes contaram com a presença de figuras significativas, estabeleceram vínculos, seja de apoio, seja de admiração. Tais experiências, permitiram o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança (Vicente, 2000). Podemos pois antever a importância da existência de adequadas relações interpessoais, assim como, a influência do afeto e das atitudes e práticas educativas parentais para a estruturação de uma personalidade resiliente no adolescente.

Extrapolando o conceito tradicional enquanto resultado/traço de personalidade o construto de resiliência surge como um processo desenvolvimental dinâmico - opostamente à ideia de uma característica estática no indivíduo - que envolve a interação entre os riscos e os processos protetores, internos e externos ao sujeito, no sentido de alterar os efeitos negativos de um acontecimento (Constantine *et al.*, 1999).

Os fatores internos, os fatores familiares e os fatores ambientais são, sem dúvida, os grandes pilares que influenciam o sujeito a desenvolver um comportamento resiliente perante as dificuldades com que se depara diariamente. O facto de o indivíduo apresentar uma elevada autoestima e autoconfiança, com boa capacidade de funcionamento cognitivo, apresentar um ambiente afetivo estável e estruturado a nível familiar, um alargado leque de amigos e ligações sociais, ou o facto de frequentar a escola, são fatores que, segundo Masten e Coatsworth (1998), promovem competências resilientes. É de salientar que estes funcionam como um mecanismo protetor que se pode traduzir em competências que o adolescente possui para lidar com situações adversas ou com fatores stressantes o que lhe permite transformar, com su-

ces-so, uma situação de risco, numa outra com um efeito adaptativo (Olsson *et al.*, 2003).

As adversidades a que os indivíduos se encontram expostos e a forma como as conseguem ultrapassar no sentido de desenvolver competências, tem sido uma problemática que conduziu a várias investigações que procuraram identificar indicadores relativos à da existência de eventuais fatores de resiliência que possam influenciar positivamente o desenvolvimento dos jovens, protegendo-os das situações de risco (Constantine *et al.*, 1999; Lemos, 2007). Entre estes, podem-se citar os padrões de interação dentro e fora do contexto familiar, a importância da vinculação pais-filhos, o afeto parental, o encorajamento e a assistência, a coesão e o cuidado dentro da família ou uma relação próxima com um adulto significativo. Por seu turno, fatores familiares, como a atenção por parte dos pais ou do principal prestador de cuidados, favorecem a resiliência porque melhoram a autoestima e a autoeficácia, abrindo possibilidades novas para o sujeito. Por esse motivo, Wolff (1995) considera que a resiliência deve ser determinada pela forma como os jovens percebem a sua capacidade para lidar com situações de risco.

REFLEXÕES FINAIS

O presente texto procurou clarificar o modo como as adequadas atitudes parentais podem contribuir para um maior ajustamento do indivíduo face às transformações, crises e mudanças que têm lugar no decurso da adolescência, relacionando-as com a construção de fatores de resiliência que não só ajudem a fazer face aos desafios prementes durante esta fase da vida, mas que se assumam como protetores futuros face à adversidade.

Na verdade, a emergência de uma identidade pessoal própria e a redefinição das primeiras relações com os pais em novos moldes, no acesso à autonomia, são um processo complexo que está particularmente na ordem do dia durante a adolescência, as quais são facilitadas - ou não - pela qualidade da parentalidade a que o adolescente foi exposto no contexto familiar que vai ser a matriz socializadora de todas as suas relações interpessoais.

Passando em revista alguns dos principais tipos de práticas educativas e atitudes parentais diversificadas que podem influenciar de modo desigual o desenvolvimento do adolescente, articulam-se estas conceções com o facto de que não é apenas a qualidade da parentalidade que configura as relações pais /adolescentes que parece ter importância. Com efeito, é de admitir que seja, sobretudo, a perceção que o adolescente tem dessas atitudes parentais e o modo como as vivencia como fatores estruturantes de suporte - por oposição a vivenciá-las como constrangimentos, imposições ou interdições - que parece ter relevância para uma adequada socialização e para o resguardar de inadequados comportamentos de risco, preservando-o face a situações adversas e favorecendo a sua adaptação psicossocial e o próprio sucesso académico.

Analogamente, toma-se em consideração a experiência dos afetos inerentes a essas atitudes parentais que mediatiza a qualidade das relações pais/adolescente e permite obter resultados favoráveis ao nível de desenvolvimento. A partir daí, evidenciam-se também alguns aspetos característicos das relações que se estabelecem entre os pais e os seus filhos adolescentes, as quais são suscetíveis de incentivar de resiliência, ao serem assumidos como fatores de proteção face às circunstâncias desfavoráveis e permitindo otimizar estratégias durante este período da vida em que as alterações, crises e transformações colocam importantes desafios.

Na verdade, sendo a resiliência algo que é construído e que não é uma tarefa apenas do sujeito, a sua ocorrência beneficia do contributo de figuras significativas para o adolescente, com as quais estabeleceu vínculos estreitos, o que torna bastante importante a relação vivenciada no quadro da parentalidade, pois tais experiências, permitem o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança.

Por tudo isto podemos antever a importância de que se reveste o afeto, bem como as atitudes e as práticas educativas parentais para que o adolescente possa estruturar uma personalidade resiliente que lhe permitia fazer face às dificuldades inerentes às múltiplas transformações ocorridas nesta fase da vida e que o preserve futuramente dos eventuais efeitos negativos do confronto com situações adversas.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, M. (1987). Para uma abordagem dos processos de separação no adolescente. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 26, 583-612.
- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Anaut, M. (2002). Résilience, transmission et élaboration du trauma dans l'écriture des enfances blessés. *Perspectives Psy*, 41, 5. Climepsi Editores
- Angel, S. (2003). *Ah, quelle famille!* Paris: Robert Laffont.
- Ausubel, D., Balthazar, E., Rosenthal, I., Blackam, L., Schoopont, S. & Welkowitz, J. (1954). Perceived parent attitudes as determinants of children's ego structure. *Child development*, 25 (3), 173-183.
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behaviour. *Genetic Psychology, Monographs*, 75, 43-38.
- Baumrind, D. (1968). Authoritarian vs. authoritative parental control. *Adolescence*, 3, 255-272.
- Bayle, F., & M., Serge. (2008). *Perturbações da parentalidade*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bornstein, M. H. (Ed.) (2002). *Handbook of parenting*. Mahwah: Erlbaum.
- Bowlby, J. (1984). *Attachment and loss: attachment* (2ª Ed.). Harmondsworth: Penguin Books (1ª Ed., 1969).

- Blos, P. (1967). Le second processus d'individuation de l'adolescence. the second individuation process of adolescence. *Psychoanalytic Study of the Child*, 22, 162-186.
- Constantine, N., Benard, B., & Diaz, M. (1999). Measuring protective factors and resilience traits in youth: *The Healthy Kids Resilience Assessment*, www.education.ucsb.edu/newvistas/files/append.pdf
- Dix, T.H., & Reinhold, D. P. (1991). Chronic and temporary influences on mothers' attributions for children's disobedience. *Merril-Palmer Quarterly*.
- Douvan, E.; Adelson, J. (1966). *The adolescent experience*, New York: John Wiley & Sons.
- Elder, G. (1974). *Children of the Great Depression*. Chicago: Chicago University Press.
- Erikson, E. H., (1968). *Identity: youth and crisis*. New York: W.W.Norton.
- Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Rev. Public Health*, 26, 399-419.
- Fleming, M. (1983). A separação adolescente-progenitores, *Análise Psicológica*, 4 (3).
- Fleming, M. (1988). Autonomia comportamental na adolescência e percepções das atitudes parentais. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. *(Tese de Doutoramento não publicada)*.
- Fleming, M. (1988). A saída de casa e o processo de individuação na adolescência tardia. Comunicação apresentada no *Simpósio Internacional de Psiquiatria do Desenvolvimento*, Lisboa.
- Fleming, M. (1997). *Adolescência e autonomia: O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Fleming, M. & Aguiar, A. I. (1993). A saída de casa e o processo de autonomia em jovens universitários e seus pais. *Psicologia*, 8.
- Garnezy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. In R. J. Haggerty, L.R. Sherrod, N. Garnezy & M. Rutter (Eds.), *Stress, Risk, and Resilience in Children and Adolescents: Processes, Mechanisms, and Interventions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goodnow, J.J., & Collins, (1990). Development according to parents: the nature, sources and consequences of parents' ideas. In H. Mcgurk (Ed.) *Essays in Developmental Psychology*. Hillsdale: Erlbaum.
- Grotevant, H. & Cooper, C. (1986). Individuation in family relationships: A perspective on individual differences in the development of identity and role taking in adolescence. *Human Development*, 29, 82-100.
- Grusec, J. E., Dix, T. H., & Mills, R. (1982). The effects of type, severity and victim of children's transgressions on maternal discipline. *Canadian Journal of Behavioral Science*.

- Hetherington, E. M., & Martin, B. (1986). Family factors and psychopathology in children. In H. C. Quay & J. S. Werry (Eds.) *Psychopathological disorders of childhood* (32-390). New York: John Wiley & Sons.
- Hill, J. & Steierberg, L. (1976). The development of autonomy during adolescence. comunicação apresentada no "Symposium on Research on Youth Problems Today", Fundacion Faustino Orbezoza Eizaguirre, Madrid.
- Kuczynski, L. & Navara, G. (2006). Sources of change in theories of socialization, internalization and acculturation . In M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of Moral Development* (299-327). Mahwah: Erlbaum.
- Jesus, S. N. (2004). *Psicologia da Educação*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Lemos, I. M. (2007). Família, psicopatologia e resiliência na adolescência: Do risco psicossocial ao percurso delinquente. *Dissertação de Doutorado em Psicologia*, Universidade do Algarve.
- Lerner, R.M. (Ed.) (1983). *Developmental psychology: historical and philosophical perspectives*. Hillsdale: Erlbaum
- Malpique, C. (1999). Noção de risco em saúde mental – da infância à adolescência. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 15, 9-22.
- Manciaux, M. (1999). *La résilience: mythe ou réalité?, Maltraitence psychologique*, Paris: Fleurus.
- Masten, A.S. & Coatsworth (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments : lesson from research on successful children. *American Psychologist*, 53 (2), 205-220.
- Offer, D. (1969). *The Psychological World of the Teenager*, New York: Basic Books.
- Palácios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La Familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Coords..). *Familia Y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Parke, R. D., & Buriel, R.(1988). Socialization in the family: ethnic and ecological perspectives. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: vol.3. Social, emotional, and personality development* (5th ed.). New York: Willey.
- Pikunas, J. (1979). *Desenvolvimento humano: uma ciência emergente*. Lisboa: McGraw.
- Ralha-Simões, H. (2001). Resiliência e desenvolvimento pessoal. In J.Tavares, (Org.) *Resiliência e educação* (95-113). São Paulo: Cortez Editora.
- Rutter, M. (1999). Resilience concepts and findings: implications for family therapy. *Journal of Family Therapy*, 21 (2), 119-144.
- Sá, E. (2002). *Adolescentes somos nós*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- Schaefer, E. S. (1965). Children's reports of parental behavior: an inventory. *Child Development*, 36, 413-424.
- Schoon, I., & Parsons, S. (2002). Competence in the face of adversity: the influence of early family environment and long-term consequences. *Children & Society*.
- Sprinthall, N.A., & Collins, A.W. (2003). *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista* (3.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tavares, J.; Albuquerque, A. M. (1998). Sentidos e implicações da resiliência na formação. *Psicologia, Educação e Cultura*, 1, 43-52.
- Tavares, J. (Org.). (2001). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez Editora.
- Vanistendael, S.; Lecomte, J. (2000). *Le bonheur est toujours possible : construire la résilience*. Paris: Bayard.
- Vicente, C. M., (2000). *Promovendo a resiliência*. In (<http://www.fundabrinq.org.br/pnc/cc>).
- Wolff, S. (1995). The concept of resilience. *Australian and New Zeland Journal of Psychiatry*, 29 (4), 565-574.
- Youniss, J. (1983). Social construction of adolescence by adolescence. In H. Grotevant & C. Cooper (Eds.), *New directions for child development*, 22, S. Francisco: Jossey-Bass.
- Zigler, E. (1995). Foreword. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting*. Mahwah: Erlbaum.
- Zimmerman, D.E (2000). *Fundamentos Psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed.

A AUTORA

Nora Almeida Cavaco – Docente e diretora do curso de mestrado em psicologia da educação no Instituto Superior D.Afonso III (INUAF). Doutorada em educação infantil e familiar: intervenção e desenvolvimento psicopedagógico pela Universidade de Málaga. Licenciou-se em psicologia da educação e reabilitação pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. É mestre em psicologia da educação: necessidades educativas especiais, também pela Universidade do Algarve. Em 2011, pósgraduou-se em neuropsicologia e demências pela Universidade de Barcelona. Atualmente é pós-doutoranda e investigadora na Universidade de Huelva. Entre outras publicações, é autora do livro “O profissional e a criança especial: uma abordagem sobre o autismo”. As suas áreas de interesse incidem na psicologia da educação e do desenvolvimento, nas ciências da educação e na educação especial.

Cadernos do GREI

n.º 1

Carlos Marques Simões

EPISTEMOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO:
uma abordagem no âmbito dos contextos educacionais



n.º 2

Nora Almeida Cavaco

ATITUDES PARENTAIS E RESILIÊNCIA: as práticas educativas
e o desenvolvimento psicológico dos adolescentes



A publicar:

Helena Ralha-Simões

O DESENVOLVIMENTO PESSOAL NA SOCIEDADE EMERGENTE:
novos olhares em busca de um paradigma



GREI - Grupo de Estudos Interdisciplinares

Giordano Bruno

Cadernos do GREI n.º 2 – Junho 2013